



Secretaria Municipal
de Saúde



TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, Inciso XXIII; Art. 40º, §1º, Incisos I ao III da Lei 14.133/2021).

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Em atendimento ao **Art. 1º; Art. 2º Inciso II e Art. 11º da Lei 14.133/21**, o presente **Termo de Referência** tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes (veículos de tração mecânica) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, sendo os recursos financeiros provenientes de transferência realizada Fundo do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde através de emenda parlamentar conforme Plano de Trabalho em anexo (ordem 1522987), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas **neste Instrumento** e seus anexos.

1.2. A contratação será procedida por licitação, pela modalidade **Pregão Eletrônico**, fundamentado no **Art. 6º Inciso XLI, Art. 17º §2 da Lei nº 14.133/2021**, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

1.2.1. A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela probabilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante a disputa licitatória (**Art. 18º Inciso VIII da lei 14.133/21**).

1.3. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **menor preço por item**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos **neste Instrumento**.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea j; Art. 92º Inciso VIII da Lei 14.133/2021):

2.1 SEMUS

2.1.1. Órgão: 14. – Secretaria Municipal de Saúde;

2.1.2. Unidade: 14.001 – Fundo Municipal de Saúde;

2.1.3. Função: 10 – Saúde;

2.1.4. Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar Ambulatorial;

2.1.5. Programa: 0071 – Fazendo Saúde com Qualidade;

2.1.6. Projeto/Atividade: 2318– Manutenção das Atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS;

2.1.7. Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente;

2.1.8. Fonte de Recursos: 25000200 - Recursos de Impostos - ASPS 15% - Exercícios Anteriores;

16210000 – SUS Estadual – Exercício Corrente.

3. OBJETO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea a; Art. 18º Inciso II; Art. 40º §1º Inciso I da Lei 14.133/2021):

3.1. Aquisição de uma caminhonete 4x4 destinada ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS do Município de Vilhena/RO, para apoio às ações e deslocamentos das equipes no âmbito da atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde – SUS (CNES 2798468).





3.2. A descrição pormenorizada do Objeto encontra-se descrita no **item 7.1 deste Instrumento.**

4. JUSTIFICATIVA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea b da Lei 14.133/2021):

4.1. O Município de Vilhena, localizado na região do Cone Sul do Estado de Rondônia, configura-se como pólo regional de referência na oferta de ações e serviços de saúde, atendendo a população estimada em aproximadamente 109.651 habitantes, além de absorver demanda referenciada de municípios circunvizinhos, o que amplia significativamente o volume de atendimentos realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Essa condição de centralidade regional impacta diretamente a organização e a capacidade operacional dos serviços de saúde, incluindo a Rede de Atenção Psicossocial. Nesse contexto ampliado, o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS exerce papel estratégico no acompanhamento contínuo de usuários com transtornos mentais severos e persistentes, bem como de pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, desenvolvendo ações que extrapolam o atendimento ambulatorial, como visitas domiciliares, atendimentos territoriais, ações de busca ativa, acompanhamento de usuários em crise e articulação com a rede intersetorial. Entretanto, o Município enfrenta limitações operacionais relacionadas ao deslocamento das equipes multiprofissionais do CAPS, especialmente para a execução dessas atividades externas. A inexistência de veículo adequado e compatível com as condições de acesso em áreas rurais, regiões periféricas e localidades com infraestrutura viária precária tem restringido a cobertura territorial das ações, ocasionando atrasos nos atendimentos, dificuldades na continuidade do cuidado e aumento do risco assistencial aos usuários acompanhados. Diante desse problema, a aquisição de uma caminhonete com tração 4x4 apresenta-se como solução estrutural e necessária ao viabilizar o deslocamento seguro, regular e contínuo das equipes do CAPS, ampliando a capacidade de atendimento, fortalecendo a atuação territorializada da atenção psicossocial garantindo maior resolutividade às demandas de saúde mental. A medida contribui diretamente para a qualificação da Rede de Atenção Psicossocial, assegurando acesso oportuno, cuidado integral e humanizado à população atendida no âmbito do SUS.

5. CLASSIFICAÇÃO DO BEM COMUM (Art. 6º Inciso XIII; Art. 20º; Art. 29º da Lei 14.133/2021; Decreto Municipal 59.677/23):

5.1. O bem objeto da presente contratação enquadra-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido por meio de especificações usuais de mercado, constantes neste Termo de Referência e no instrumento convocatório. Trata-se de item amplamente comercializado e disponibilizado por diversos fornecedores, não demandando soluções técnicas especializadas ou características de elevada complexidade, o que possibilita a adoção da modalidade Pregão, na forma eletrônica, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DE CONSUMO (Art. 12º Inciso VII da lei 14.133/21):

6.1. O levantamento da demanda foi realizado durante a elaboração do Plano de Trabalho que subsidiou a captação dos recursos destinados à estruturação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial do Município de Vilhena/RO, por meio da aquisição de veículo destinado ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.

6.2. Foi identificada a necessidade de aquisição de 01 (uma) caminhonete 4x4 para atender às atividades externas realizadas pelas equipes multiprofissionais, especialmente visitas domiciliares, ações de busca ativa, acompanhamento territorial e demais atividades desenvolvidas no âmbito da saúde mental.

6.3. A definição do quantitativo considerou a demanda do serviço e a necessidade de garantir deslocamento seguro e adequado das equipes para atendimento dos usuários em áreas urbanas e rurais do município.





6.4. A aquisição do veículo contribuirá para ampliar a capacidade operacional do CAPS, fortalecer a assistência em saúde mental e garantir maior continuidade e efetividade das ações realizadas no território.

6.5. A quantidade e especificação do equipamentos encontra-se descritas no **item 7.1 deste Instrumento**.

7. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 12º Inciso II; Art. 18º Inciso IV da Lei 14.133/21):

7.1. O valor estimado para a presente contratação foi definido com base em pesquisa de mercado realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, considerando contratações similares e referências de preços praticados pela Administração Pública. A utilização dessa fonte possibilitou a verificação da compatibilidade das especificações técnicas do veículo pretendido e a obtenção de estimativa de preços alinhada à realidade do mercado, garantindo maior segurança na formação do valor estimado e observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública, conforme **Quadro de Viabilidade de Aquisição Anexo**, sendo:

Ampla Participação

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Média	Preço Total
01	Veículo automotor tipo caminhonete (pick-up), cabine dupla, fabricação/modelo não inferior ao ano vigente da entrega, com capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes, tração 4x4 com marcha reduzida, com acionamento manual ou eletrônico, combustível diesel, motor intercooler com potência mínima de 170 cv, torque compatível com operações em terrenos irregulares, transmissão automática com no mínimo 6 velocidades, tanque de combustível com capacidade mínima de 75 litros, capacidade de carga mínima de 1.000 kg, direção assistida (hidráulica ou elétrica), ar-condicionado, controle eletrônico de estabilidade e tração, freios ABS com distribuição eletrônica de frenagem, airbags frontais, vidros e travas elétricas, cinto de segurança de três pontos para todos os ocupantes, sistema multimídia com conectividade Bluetooth, rodas de liga leve aro mínimo 17", pneus radiais, faróis de neblina, jogo de tapetes, protetor de cárter em aço ou material de resistência equivalente, estribos laterais e demais equipamentos obrigatórios de segurança. Deverá possuir assistência técnica autorizada disponível no município de Vilhena/RO. A carroceria deve ser acoplada sobre o chassi. Garantia mínima de 12 meses.	Unid	01	R\$ 254.730,00	R\$ 254.730,00
				Total	R\$ 254.730,00

7.2. Valor total da aquisição R\$ 254.730,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil setecentos e trinta reais), para a análise e estimativa dos preços foi realizada pesquisa de mercado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, considerando contratações similares e referências de preços praticados pela Administração Pública. A





Secretaria Municipal
de Saúde



utilização dessa fonte possibilitou a verificação da compatibilidade das especificações técnicas do veículo pretendido e a obtenção de estimativa de preços alinhada à realidade do mercado, garantindo maior segurança na formação do valor estimado e observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública, conforme adequações realizadas pela Comissão Técnica Específica, de acordo com **Art. 23º Inciso II, da Lei 14.133/21 e Manual de Pesquisa de Preços Pesquisa de preços / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Secretaria de Gestão e Inovação, Diretoria de Normas e Sistemas de Logísticas. – Versão 1.0 -- Brasília: DELOG/SEGES/MGI, 2024.**

8. FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA (Art. 18º Inciso III; Art. 40º, §1º, Inciso II da Lei 14.133/21):

8.1. A caminhonete objeto da presente contratação deverá ser entregue no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou instrumento equivalente, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.2. O veículo solicitado deverá ser entregues em horário comercial, nas dependências do Almoxarifado Central situado a Av. Antônio Quintino Gomes, nº 3695, bairro Jardim América, no horário das 07:30 as 13:30 horas, de segunda-feira a sexta-feira, neste Município de Vilhena / RO.

8.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do veículo, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação do veículo até as dependências do Almoxarifado Central é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a Secretaria Municipal de Saúde responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21):

9.1. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pelo Almoxarifado, para fins de conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

9.2. O veículo deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas e demais disposições constantes neste Termo de Referência, não sendo permitida a Comissão, receber o veículo que estiver fora das especificações pré-definidas ou marca diversa da apresentada na proposta.

9.3. Após o recebimento provisório do veículo, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada pelo Almoxarifado Central a conformidade do objeto proposto e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

9.4 Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o veículo entregues deverá ser substituídos, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 15 (quinze) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

9.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, adequação e perfeito funcionamento do veículo fornecido permanecendo obrigada a reparar, substituir ou corrigir, às suas expensas, quaisquer defeitos, vícios, irregularidades ou desconformidades que venham a ser constatados durante o período de garantia, observados os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e na legislação aplicável.





Secretaria Municipal
de Saúde



10. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea f e Título III – Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021):

10.1. O Contrato será pelo prazo de 12 meses, porém a contratada deverá entregar o veículo em no máximo 30 (trinta) dias conforme o item 8.1 deste Termo de Referência.

10.2. Este **Termo de Referência e seus anexos** estão vinculados ao contrato ou seu equivalente, como também a proposta do licitante vencedor (**Art. 92º, Inciso II da Lei 14.133/2021**).

10.3. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou seu equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (**Lei nº 14.133/2021, Art. 119º**).

10.4. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (**Lei nº 14.133/2021, Art. 120º**).

10.5. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121**).

10.6. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121, §1º**).

10.7. DO REAJUSTE CONTRATURAL

10.7.1. O Reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;

10.7.2. Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;

10.7.3. O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

11. DA GARANTIA (Art. 40º § 1º Inciso III da Lei 14.133/21):

11.1. A licitante vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade exigidos pelo órgão responsável em cada item especificado neste Termo de Referência, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para esta Secretaria de Saúde, até o efetivo atendimento das referidas propostas.

11.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Arts. 96º e seguintes da Lei nº 14.133/21 (**caução, seguro-garantia, fiança bancária**), pela razão de tratar-se de fornecimento total e imediato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, Inciso XIV da Lei 14.133/21):

12.1. Fornecer o veículo conforme especificação, marca e preço propostos na licitação, e na quantidade solicitada pela CONTRATANTE.

12.2. Entregar o veículo no prazo estipulado pelo CONTRATANTE.

12.3. Comunicar o CONTRATANTE, no prazo Máximo de 02 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega do veículo, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

12.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete.





Secretaria Municipal
de Saúde



12.5. Responsabilizar-se, com a transportadora, pela movimentação do veículo até as dependências do Almoxarifado Central, não sendo o SEMUS responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

12.6. Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação desta licitação.

12.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no **Art. 124º, Inciso II, Alínea d da Lei nº 14.133/2021**.

12.8. Garantir a qualidade do veículo entregue, bem como substituir qualquer item que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste Termo.

12.9. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a SEMUS e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

12.10. Manter durante a execução do contrato e/ou empenho todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (**Art. 92º, Inciso XVI da Lei 14.133/21**).

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (**Art. 92º, Inciso XIV da lei 14.133/2021**):

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o **Termo de Referência**.

13.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer o veículo dentro das especificações exigidas neste **Termo de Referência**.

13.3. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao objeto solicitado.

13.4. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

13.5. Conferir o veículo recebido e a nota fiscal se o mesmo está de acordo com a nota de empenho.

13.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

13.7. Fiscalizar a entrega do veículo podendo sustar, recusar qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste **Instrumento**.

13.8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste **Termo de Referência**.

13.9. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.

13.10. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste **Termo de Referência**.

13.11. A SEMUS não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. PAGAMENTO (**Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 18º Inciso III e Art. 92º; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/21**):





Secretaria Municipal
de Saúde



14.1. O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a entrega dos veículo através de transferência bancária em conta corrente (**Art. 142º da Lei 14.133/21**), mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Comissão de Recebimento do Almoxarifado Central, conforme conferência pelo Controle Interno.

14.2. A nota fiscal deverá conter a descrição do objeto, conforme descrito no empenho, constar os dados bancários, estarem em nome da CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT e ISS Municipal no caso de prestação de serviços, comprovantes estes da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no **Art. 68º da Lei 14.133/21**.

14.3. A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

14.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

14.5. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

14.6. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14.7. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;
- b) Se o veículo entregue não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

14.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(6\%/100)}{365}$$

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.9. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

14.10. Para fazer jus ao contrato, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.





Secretaria Municipal
de Saúde



14.11. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

14.12. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados propostas que assim se apresentarem (**Art. 145º da lei 14.133/21**).

15. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021):

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica, conforme discriminado no **Item 1.2 deste Termo de Referência**.

15.2. A proposta, que compreende a descrição do produto ofertado e preço unitário (por unidade) e total (unidade x valor unitário), que deverão ser compatíveis com o **Termo de Referência e seus anexos**, bem como atender a todas as suas exigências.

15.3. A Empresa Licitante deverá apresentar junto à proposta de preço, folder técnico ou prospecto técnico ou catálogo ou manual, redigidos na língua portuguesa, com descrição detalhada do modelo, marca, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação do equipamento ofertado em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

15.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste **Termo**;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Não atendam às características mínimas deste **Termo de Referência**.

16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea h; Capítulo VI, Arts. 62º ao 70º da Lei 14.133/2021):

16.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

16.2. Habilitação Jurídica (Art. 62, Inciso I; Art. 66 da Lei 14.133/2021):

16.2.1. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações (**Art. 66 da Lei 14.133/2021**). Serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

16.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 62, Inciso III; Art. 68 da Lei 14.133/2021):





Secretaria Municipal
de Saúde



- a) Cartão de CNPJ – Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (**Art. 68, Inciso I da Lei 14.133/21**);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21**);
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21**);
- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21**);
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/21**).
- f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (**Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/21**);
- g) Declaração Conjunta de:
- Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
 - Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (**Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/21**);
 - Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc...);
 - Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do **Termo de Referência e seus anexos** e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
 - Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

16.4. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):

16.4.1. A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido (**Art. 69 da Lei 14.133/2021**):

- a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos





de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (**Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021**);

17. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea d da Lei 14.133/2021):

17.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente **Termo de Referência**, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

17.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

17.3. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos **Artigos 62º ao 70º da Lei 14.133/2021**:

17.4. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;
- b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021**;
- d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do **Art. 46 da Lei nº 8.443/1992**, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;
- e) Que se enquadrem nas vedações previstas no **Artigo 14º da Lei 14.133/2021**;
- f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;
- g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o **Art. 14º Inciso II da Lei 14.133/2021**, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (**Acórdãos TCU n. 2.457/2017- Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara**);
- h) Estrangeiras que não funcionem no País;
- i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

17.5. Nos termos do **Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018**, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

17.5.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do Art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei n.º





Secretaria Municipal
de Saúde



9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

18. PENALIDADES (Art. 92º, Inciso XIV, Arts. 155º ao 163º da lei 14.133/2021):

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do **Art. 155º Lei nº 14.133/2021**, o CONTRATADO que:

- I) Dar causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- II) Dar causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) Dar causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- IV) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- IX) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- X) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII) Praticar ato lesivo previsto no **Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (**Art. 156º Lei nº 14.133/2021**):

- I) Advertência;
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” do item 18.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156º, §4º da Lei 14.133/21**);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “VIII”, “IX”, “X”, “XI” e “XII” do item 18.1 deste Instrumento, bem como nos incisos “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (**Art. 156º, §5º da Lei 14.133/21**);
- IV) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (**Art. 156º, §3º; Art. 162º da Lei 14.133/21**);
- V) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (**Art. 156º, §3º, Art. 162º, Parágrafo Único da Lei 14.133/21**).

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados (**Art. 156º, §1º da Lei 14.133/21**):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.





18.4. A sanção prevista inciso I do item 18.2 deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 18.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §2º da Lei 14.133/21).

18.5. A sanção estabelecida no inciso III do item 18.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Gestor da Pasta, ou seja, do Secretário Municipal de Saúde (Art. 156º, §6º, inciso I da Lei 14.133/21).

18.6. As sanções previstas nos incisos "I", "II" e "III" do item 18.2 deste Instrumento, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas no inciso "IV" e "V" do mesmo item 18.2 deste Instrumento (Art. 156º, §7º da Lei 14.133/21).

18.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156º, §8º da lei 14.133/21).

18.9. Na aplicação da sanção prevista nos incisos "IV" e "V" do item 18.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157º da lei 14.133/21).

18.10. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (Art. 156º, §9º da lei 14.133/21).

18.11. A aplicação das sanções previstas nos incisos "II" e "III" do item 18.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (Art. 158º e seus parágrafos da Lei 14.133/2021).

19. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA:

19.1. Conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023:

ART. 2º Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil."

20. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

20.1. A CONTRATANTE, através do Secretário Municipal de Saúde indica o servidor Marcelo Arteiro do Lago – Matrícula 15124, para ser o fiscal do contrato;

20.2. As exigências e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do licitante vencedor no que concerne à execução do objeto licitado.

21. INFORMAÇÕES GERAIS:

21.1. Este Termo de Referência tem como base legal a Lei nº 14.133/2021 – (Nova Lei de licitações e contratos); Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

22. DO FORO:





Secretaria Municipal
de Saúde



22.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 25 de junho de 2026

Elaborado por:

José Carlos Trombim
Semus / Convênios / Compras

Autorizado por:



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
WAGNER WASCZUK BORGES



25/06/2026 09:59:55

<https://vilhena.oxylotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade/?identificador=8fcdcd2e-5af6-4906-afe5-6a12c82f964e>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
JOSÉ CARLOS TROMBIM



25/06/2026 08:43:35

<https://vilhena.oxylotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade/?identificador=8fcdcd2e-5af6-4906-afe5-6a12c82f964e>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Wagner Wasczuk Borges
Secretário Municipal de Saúde

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://vilhena.oxylotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: b6dcd2e-5af6-4906-afe5-6a12c82f964e - Página 13/13

